

RELATÓRIO ANUAL

Em 31 de Dezembro de 2012

1. INTRODUÇÃO

Concluído mais um exercício da nossa atividade, vimos informar os nossos Fundadores sobre as iniciativas mais relevantes levadas a cabo em 2012, das quais foi sendo dado conhecimento através dos Relatórios Trimestrais, oportunamente enviados.

Tal como aconteceu nos últimos exercícios foi dada prioridade à execução dos projetos da Fundação, procurando-se, sempre que possível, estudar o lançamento de outras iniciativas, bem como apoiar algumas atividades de terceiros, desde que estatutariamente enquadráveis. De referir que as limitações financeiras motivadas pela manutenção da instabilidade dos mercados de capitais foram a principal dificuldade sentida no exercício.

Relativamente ao projeto do Ensino de Artes e Ofícios em Moçambique e correspondendo à vontade expressa pelos mais altos responsáveis moçambicanos tem sido dado continuidade ao apoio a este projeto, que visa a consolidação e expansão do novo modelo curricular e pedagógico aprovado pelo Ministério da Educação de Moçambique / DINET.

Quanto ao projeto Memória de África, continuaram as recolhas de registos bibliográficos e de acervos documentais, quer de Instituições de alguma forma relacionadas com África, quer de particulares, procurando-se incrementar a recolha em países e em Centros de Documentação.

No que toca à publicação do Boletim Observatório de África, prossegue a sua edição de forma regular em paralelo com a divulgação, em formato digital, no Portal da Fundação Portugal – África.

No domínio do projecto Diáspora Africana, foi possível prosseguir e completar um dos seus objetivos, concretamente o estudo da Diáspora Guineense em

Portugal. Simultaneamente continuaram a ser dados passos no sentido de aprofundar os trabalhos que possam levar ao estudo da Diáspora Portuguesa em Angola.

No que diz respeito ao Edifício Sede e, em particular, à Biblioteca, continuaram os trabalhos de receção e organização do acervo bibliográfico oferecido pelo Banco BPI, S.A. Fundador Principal, em paralelo com a recolha de outros espólios que nos foram oferecidos. Contudo, mantém-se indisponível a sua utilização pelos potenciais interessados, face a dificuldades de ordem financeira que condicionam a sua abertura, esperando-se, apesar das referidas dificuldades, que se possa concretizar em breve. Prosseguem, entretanto, os esforços necessários à renovação do espólio de obras sobre temas relacionados com a teoria e a política das questões ligadas ao desenvolvimento económico.

Quanto à utilização do Auditório, foi possível celebrar com Conexão Lusófona, associação juvenil que tem como finalidade o desenvolvimento de projetos integrados que envolvam a juventude e estimulem a interculturalidade num contexto lusófono global, um Protocolo, tendo em vista a dinamização deste espaço da Sede da Fundação Portugal – África, através da realização de atividades que se enquadrem no âmbito programático definido entre a Fundação e a Conexão Lusófona.

O exercício de 2012 foi, ainda, marcado pela realização do Censo às Fundações existente em Portugal, do qual resultou uma avaliação ao trabalho desenvolvido, meios de financiamento e sustentabilidade. No caso da Fundação Portugal – África a decisão, publicada em Diário da República de 25 de Setembro, foi de *“manutenção de apoios financeiros públicos apenas associados a contratos plurianuais em execução.”*

De referir que, em Julho de 2012, foi publicada em Diário da República a Lei Quadro das Fundações, que estabelece as novas regras de funcionamento destas instituições em Portugal. A Fundação, beneficiando do apoio técnico do Centro Português de Fundações e do seu Fundador Principal, tem procedido aos ajustamentos que se mostram necessários, depois de ter discutido com os departamentos governamentais que têm a seu cargo o projeto de reestruturação que tem sido conduzido no último ano.

Com a manutenção da instabilidade dos mercados financeiros nacional e internacional, que tem condicionado de forma significativa os resultados da carteira de títulos, foram inevitáveis os reflexos negativos no nível de actividade desenvolvida.

2. Assembleia de Fundadores

Em 26 de Junho de 2012, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária de Fundadores na qual estiveram presentes 40 representantes dos atuais 59 Fundadores, a que correspondeu cerca de 89,54 % dos votos totais detidos.

Na execução da Ordem de Trabalhos, para além da aprovação do Relatório e Contas referente ao exercício de 2011, foram ainda discutidas e sugeridas linhas de orientação para o desenvolvimento da actividade futura da Fundação, que deverá ser enquadrada pela atual conjuntura dos mercados financeiros internacionais e nacional e pelo resultado da avaliação às Fundações da iniciativa do atual Governo.

3. Sede definitiva

Em relação ao Centro de Documentação e Informação, prosseguiram os trabalhos de recolha do acervo bibliográfico oferecido pelo Fundador Principal o Banco BPI, S.A., bem como da sua integração no Portal da Fundação Portugal – África, mantendo-se, em paralelo, a recolha e tratamento de outros espólios oferecidos à Fundação Portugal – África.

No que diz respeito ao Auditório e no âmbito do Protocolo de Cooperação celebrado com a Conexão Lusófona já referido na introdução a este Relatório, decorreu em Novembro o primeiro evento subordinado ao tema “Novas oportunidades profissionais e pessoais na Lusofonia – como a Lusofonia pode ajudar a ampliar o teu mercado de trabalho e expandir as tuas fronteiras”.

O colóquio contou com a presença dos Senhores Secretário de Estado da Juventude, Dr. Alexandre Miguel Mestre, Vice Ministro do Desporto do Brasil, Dr.

Luís Rebelo Fernandes, Vice Presidente da Fundação Portugal – África, Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra, Dr. Francisco Murteira Nabo, Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Portugal – África, Dr. Vítor Ramalho, Dr.^a Cármen Maciel, Dr. Gabriel Baguet Júnior e Dr. Pedro Sobral, que intervieram nos diferentes painéis em debate.

Para além daquele evento, que vai ser seguido em 2013 por iniciativas da parceria estabelecida entre a Fundação Portugal – África e a Conexão Lusófona, continuou a sua utilização pelo nosso Fundador Principal, o Banco BPI, S.A., para realização de acções de formação dos seus Quadros.

4. Actividade desenvolvida

4.1. - Considerações gerais

A atividade da Fundação Portugal – África em 2012, foi fundamentalmente focalizada na realização dos projetos de iniciativa própria, procurando-se, dentro das limitações financeiras existentes, apoiar alguns projetos de terceiros, desde que estatutariamente enquadráveis e de interesse reconhecido para o desenvolvimento da cooperação com África.

4.2 - Projetos em curso da iniciativa da Fundação

a) Projeto “Memória de África”

Continuou a execução deste projeto através da recolha de registos e digitalização de acervos disponibilizados, contribuindo para que a base de dados que lhe está associada constitua um local de pesquisa para quem se interessa pelas questões ligadas à Lusofonia.

De referir que no final de 2012 o número de registos é de cerca de 350 mil e o número de páginas digitalizadas de 344 mil, enquanto a média mensal de visitantes é de 25 mil, que consultaram uma média superior a 148 mil páginas digitalizadas.

A base de dados pode ser consultada no endereço www.memoria-africa.ua.pt.

Esta base de dados promovida pela Fundação Portugal – África, vem sendo desenvolvida com a colaboração do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) / Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento (CEsA), da Universidade de Aveiro (UA) – Departamento de Eletrónica e Telecomunicações (DETUA) e do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE). Numa primeira fase da sua execução contou, também, com a participação do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT).

b) Reativação das Escolas de Artes e Ofícios em Moçambique

As atividades previstas para o ano de 2012 no âmbito do Programa de Apoio à Implantação em Moçambique de uma Rede de Escolas profissionais (ex-Escolas de Artes e Ofícios) desenvolveram-se, como estava previsto, embora condicionadas pelo corte de financiamento de 40.000,00 €, relativamente ao estabelecido no Protocolo de Cooperação celebrado com o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, antigo IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

Das atividades realizadas, há quatro que se destacam pela relevância institucional que assumem:

- apresentação do livro “ESCOLAS PROFISSIONAIS DE MOÇAMBIQUE – PARA MEMÓRIA FUTURA – DEZ ANOS A ACREDITAR “;
- divulgação do “RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INTERNACIONAL” ao modelo Educativo e Formativo das Escolas Profissionais de Moçambique;
- graduação, em Portugal, dos alunos bolseiros do 1º ciclo de formação (2009/2012)
- reportagens televisivas sobre as escolas profissionais realizadas pela RTP-África.

Integrada na Semana dos “DIAS DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO” em cuja organização também colaborou a Fundação Portugal África, realizou-se no dia 18 de Julho de 2012 a apresentação pública do livro “ESCOLAS PROFISSIONAIS DE

MOÇAMBIQUE – PARA MEMÓRIA FUTURA – DEZ ANOS A ACREDITAR”. A apresentação foi feita pelo Ministro da Educação de Moçambique, que apreciou publicamente todo o trabalho desenvolvido pelo projeto e congratulou-se com o facto de o livro mostrar evidências da realidade que são hoje as Escolas Profissionais de Moçambique. Desejou ainda que o programa continuasse com o mesmo ritmo, para que a rede das Escolas Profissionais pudesse crescer de forma sustentada, tendo apelado para que a Cooperação Portuguesa continue a contribuir com todo o apoio semelhante ao que tem sido concedido até agora ao programa.

O livro (em versão de papel e versão digital) foi distribuído pelas entidades presentes e continua a ser divulgado em outros círculos ligados à cooperação entre Moçambique e Portugal.

Na mesma sessão foram também apresentados os resultados da Avaliação Internacional realizada em Setembro de 2011.

As entidades convidadas inteiraram-se das conclusões do relatório de avaliação, que evidenciam a *“conformidade do modelo educativo e formativo das escolas profissionais de Moçambique com a realidade moçambicana”* e que apontam as escolas profissionais como opção certa de formação profissional para o contexto moçambicano.

Na mesma sessão o Professor Dr. Joaquim de Azevedo, coordenador do programa, apresentou uma comunicação subordinada ao tema “Liberdade e Política Pública de Educação”

Esta sessão contou também com a presença do Dr. Helder de Oliveira, Administrador Executivo da Fundação Portugal África, que felicitou os organizadores pela realização do evento, se congratulou com a apresentação do Livro e do Relatório de Avaliação Internacional, explanando ainda a missão, os objetivos e as ações que a Fundação Portugal África tem vindo a desenvolver no âmbito dos PALOP. Teve ainda a oportunidade de se encontrar com o Ministro da Educação de Moçambique que lhe agradeceu o contributo da Fundação Portugal – África para o programa em curso.

Finalmente, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Portugal – Professor Dr. Luís Brites Pereira, referiu que o trabalho desenvolvido no âmbito do programa de apoio às escolas profissionais de Moçambique era reconhecido com apreço pelo Governo Português e que se perspectivava, para o futuro, a continuação desse apoio.

No âmbito do evento as Escolas Profissionais de Moamba e de S. Francisco de Assis montaram na Escola Secundária Francisco Manyanga uma exposição subordinada ao tema “A Água e o Seu Aproveitamento Racional em Agricultura”. Foi construído um sistema multifacetado de rega agrícola que foi posto em funcionamento e observado por muitos visitantes.

Outro momento significativo no conjunto das atividades desenvolvidas em 2012 foi a graduação, em Portugal, de 19 alunos bolseiros que desde 2009 vinham frequentando, em escolas profissionais portuguesas, cursos de preparação técnica, científica e psicopedagógica.

Frequentando, na primeira fase da formação, cursos de natureza técnica e profissional, os alunos bolseiros completaram-nos agora, com a frequência de um curso psico - pedagógico realizado nas escolas acolhedoras (prática docente acompanhada) e na Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica – Porto que coordenou estas formações. Este curso dotou-os de competências para o exercício de funções docentes em Moçambique.

A cerimónia de graduação ocorreu na Universidade Católica do Porto e contou com a presença do Professor Dr. Joaquim de Azevedo, Diretor do Centro Regional da Porto da Universidade Católica Portuguesa, a Vice-Ministra da Educação de Moçambique, do Embaixador de Moçambique em Portugal, da Diretora da Direção Regional da Educação do Norte, do Professor Dr. Carvalho Guerra, Vice Presidente do Conselho de Administração da Fundação Portugal – África e do Subdiretor da Faculdade de Educação e Psicologia da UC do Porto.

Tiveram impacto especial as palavras dirigidas, na cerimónia, pela Vice-Ministra da Educação, que realçou a importância e o simbolismo desta ação, manifestando a sua satisfação pela qualidade e a segurança com que os alunos apresentaram e defenderam os seus trabalhos perante o júri a que tinha tido a

honra de pertencer e solicitando, finalmente, que Portugal continuasse, desta maneira e com este projeto, a apoiar Moçambique.

Os alunos graduados integraram-se nos quadros de docentes do Ministério da Educação de Moçambique.

Considerando a pouca divulgação e visibilidade que tem sido dada a este programa face à importância que assume nas relações entre Portugal e Moçambique, a RTP África disponibilizou-se a fazer uma reportagem sobre a realidade das escolas profissionais de Moçambique. Foram recolhidas imagens em 8 escolas moçambicanas, completadas em Portugal com documentários sobre os alunos bolseiros.

Estas reportagens irão ser passadas na RTP África, RTP Internacional e no Programa África Global cobrindo os países da África Subsariana, com tradução específica para os diferentes contextos linguísticos.

No mesmo sentido e para reforço da divulgação do programa das escolas profissionais de Moçambique foi criado um *site*: <http://epm.cesae.pt> que ainda está em fase experimental. Pretende-se proceder ao seu registo num domínio de Moçambique (.mz)

O *site* terá um *link* nos Portais do Ministério da Educação de Moçambique, do “Camões – Instituto da Cooperação e da Língua” e no da Fundação Portugal África.

Para além destas ações de relevante interesse, foram ainda desenvolvidas outras, quer em Portugal quer em Moçambique, nomeadamente:

Geminações

Entre os dias 16 de Fevereiro e 29 de Abril de 2012 realizaram-se as visitas preparatórias dos representantes das Escolas portuguesas às suas “gémeas” moçambicanas. As visitas recíprocas, ocorreram de 7 a 13 de Maio de 2012.

Estas visitas tiveram como objetivo o conhecimento da realidade física, pedagógica, cultural e educacional de cada uma das escolas envolvidas no processo, bem como os contextos social e económico das localidades onde se inserem. Estão geminadas as seguintes escolas:

ESCOLAS PORTUGUESA	ESCOLAS MOÇAMBICANAS
Escola Prof. Vasconcelos Lebre-Mealhada	Escola Profissional de Inharrime
Escola Profissional D.R. de Abrantes	Instituto Agrário de Boane
Escola Profissional de Fermil de Basto	Escola Profissional de Homóine
Escola P. Conde de S. Bento – Sto Tirso	Instituto Agrário do Chokwè
Escola P. de Cister - Alcobaça	Escola P. da Ilha de Moçambique

Formações ELIDEP - Equipas Locais de Implementação e Desenvolvimento das Escolas Profissionais, em Gaza

Realizada com a participação três membros das ELIDEP, esta ação de preparação pedagógica envolveu 27 Professores das Escolas Profissionais das Províncias de Gaza e de Maputo.

Formações RBE

Continuou o programa de formação de professores moçambicanos no âmbito do Protocolo estabelecido entre a Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal (RBE) e o Ministério da Educação de Moçambique e deu-se continuidade ao programa de formação de professores moçambicanos na temática “Tratamento do Fundo Documental”.

Nesta ação, realizada em Inharrime de 27 a 29 de Outubro, participaram 17 professores moçambicanos.

Biblioteca da Escola Profissional de Massinga

Com o apoio da RBE e na continuação do programa de instalação de Bibliotecas Escolares em Escolas Profissionais de Moçambique, procedeu-se em 2012 após

a formação realizada em Inharrime sobre “Tratamento Documental”, à instalação da Biblioteca da Escola Profissional de Massinga.

Biblioteca da Escola Profissional de Caia

Para 2013 está prevista a instalação de uma Biblioteca Escolar na Escola Profissional de Caia (Murraça), distrito de Caia, Província de Sofala. A preparação dos respetivos responsáveis foi feita em 2011 e 2012.

Relativamente ao mobiliário e tendo em conta que a Escola Profissional de Caia não ministra áreas profissionais que possam suportar a sua construção, (nomeadamente, Serralharia Civil/Soldadura e Carpintaria/Marcenaria) entendeu-se que o mesmo mobiliário poderia ser construído na Escola Profissional de Chimoio, com a contribuição dos alunos especialistas em cada uma das áreas.

Concurso Internacional de Boas Práticas e Inovação

Com o Programa de Implementação das Escolas Profissionais de Moçambique e a partir da solicitação do Diretor Nacional da DINET, apresentou-se uma candidatura ao concurso “Prémios Africanos de Inovação para o Sector Público”.

O tema escolhido foi “ Escolas Profissionais de Moçambique – Um exemplo de Boas Práticas e Inovação em Educação e Formação Profissional”. Aguarda-se a decisão do júri.

Encontro de Reflexão sobre Bibliotecas Escolares e Centros de Documentação

O Gabinete da Vice-Ministra da Educação, através da Professora Dr.^a Leda Florinda Hugo, contactou o coordenador da Unidade Técnica de Apoio para dinamizar uma ação de formação que abordasse a temática “Centros de Documentação e Informação”, destinada a quadros do MINED. Com a colaboração da Escola Portuguesa de Moçambique – Centro de Ensino e Língua Portuguesa -, foi realizado o evento.

Material Kutiva

Continuou a inventariação, seriação e embalamento do material oferecido no âmbito do projeto KUTIVA, de modo a que no mais curto espaço de tempo se complete a sua distribuição pelas diversas escolas.

Entretanto, continua disponível na Internet a publicação da “Revista Tecnicando”, podendo ser consultada no Portal da Fundação da Fundação Portugal – África, em www.fportugalafrica.pt na apresentação do projeto “Escolas de Artes e Ofícios em Moçambique”.

Para cofinanciamento deste projeto tem sido possível obter o apoio financeiro, muito significativo, do IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, agora denominado Camões – Instituto da Língua e da Cooperação, destinado à cobertura parcial das despesas suportadas pela Fundação Portugal – África, mantendo-se a cooperação com os Ministérios da Educação de Moçambique e Portugal, a Universidade Católica Portuguesa, através do Senhor Prof. Doutor Joaquim Azevedo, Diretor do Centro Regional do Porto, a Fundação Portugal Telecom, a Fundação Calouste Gulbenkian e outras instituições.

c) Programa de prevenção de ITS's / VIH e Sida

Prosseguiram os trabalhos de execução deste Programa em cooperação com a Comissão Nacional da Luta Contra a SIDA, com os quais se pretende dar a conhecer às populações dos PALOP, as ações preventivas de Infeção de Transmissão Sexual através de Vírus da Sida da Imunodeficiência Humana afetando o Sistema de Imunodeficiência Adquirida.

Na sequência do trabalho desenvolvido, estão disponíveis no Portal da Fundação Portugal – África, três blogues, que a seguir se indicam, visando a prevenção desta doença:

<http://redevihsidanoticias.cidadaosdomundo.org/>

Uma REDE de seleção e partilha diária de notícias, saberes e Boas Práticas de resposta às IST/VIH/sida nas comunidades e países que falam português.

<http://redesaudecplp.cidadaosdomundo.org/>

Criada em 1999 como “REDEsida” partilha, diariamente, notícias sobre saúde de interesse das pessoas que trabalham nestas áreas ao nível comunitário nos países que falam português, e apoia – voluntariamente – a produção de material informativo adequado e esclarecimento de dúvidas.

<http://redejovenscplp.cidadaosdomundo.org/>

Para os Jovens com origens nos países que fazem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que querem ter acesso ao que se passa nos seus países e trocar conhecimentos, experiências e oportunidades entre eles.

Entretanto, com o apoio da Fundação MTV Staying Alive, MTV linked pela Solidariedade e da Fundação Portugal – África, foi lançado pela Associação “Bué Fixe” e pela ONGD Cidadãos do Mundo, um concurso para jovens entre os 15 e os 24 anos, com o qual se pretende promover através da criatividade, nas suas diferentes áreas, desenho, fotografia, vídeo, pintura, etc., o modo de proteção do VIH / Sida.

d) Observatório geo - estratégico sobre África

Prosseguiu a publicação regular deste Boletim, que tem como principal objetivo fornecer informação sobre a atualidade africana a todos interessados, no domínio político, económico, social e cultural.

A regularidade da publicação, a escolha dos temas, a qualidade da respetiva abordagem têm contribuído para que o Boletim tenha uma visibilidade significativa.

Em paralelo, a sua inserção no Portal da Fundação Portugal – África, no endereço: www.fportugalafrica.pt, tem permitido uma melhor divulgação da publicação. Estão disponíveis os boletins publicados desde 2008.

e) Diáspora Africana

Decorreram neste exercício os primeiros contactos necessários para que se possa dar início ao estudo da diáspora portuguesa em Angola.

Paralelamente a este trabalho a Fundação tem apoiado algumas iniciativas isoladas cujos objetivos se inserem no seu conteúdo programático, como a atribuição seletiva de algumas Bolsas de Estudo, e o apoio a outras iniciativas em curso neste âmbito da iniciativa de outras entidades.

4.3- Novas iniciativas

a) Plataforma sobre Políticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes – como membro fundador da Plataforma, a Fundação Portugal – África continua a acompanhar e a participar na atividade que vem sendo desenvolvida, com particular realce para a atribuição dos prémios, “Distinção para as Melhores Práticas”, destinado às Câmaras Municipais, e “Empreendedor Imigrante do Ano”.

Nesta Plataforma participam, designadamente, Fundações, Autarquias, Associações Patronais e Sindicais, entre outras entidades.

b) Observadores Consultivos da CPLP – na qualidade de observador consultivo da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, a Fundação Portugal – África continua a acompanhar e a participar nas atividades deste Órgão da CPLP.

c) Centro Português de Fundações – a Fundação Portugal – África, na qualidade de membro do Centro Português de Fundações, esteve presente nas Assembleias Gerais que aprovaram o Relatório e Contas do exercício de 2011 e o Plano de Atividades e Orçamento para 2013, na Assembleia Geral Extraordinária para apreciação da aplicação da Lei do Censo e da Lei Quadro das Fundações, bem como no XII Encontro Nacional de Fundações que decorreu em Lisboa e no 9.º Encontro de Fundações da CPLP, em Cabo Verde.

d) Projecto “Mecanismos de Apoio à Elaboração de Candidaturas a Financiamentos Internacionais” – com esta iniciativa, coordenada pela Fundação Calouste Gulbenkian e em colaboração com as Fundações Portugal – África, EDP, Luso Americana para o Desenvolvimento – FLAD e com a cooperação do

Camões – Instituto da Língua e da Cooperação e da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, foi criado um Mecanismo de Apoio às ONGD para angariação dos financiamentos internacionais necessários à concretização dos seus projetos de cooperação, no qual a Fundação Portugal – África participa financeiramente e intervém nos seus órgãos de gestão.

e) Forum da Cooperação para o Desenvolvimento – a Fundação Portugal – África esteve presente neste encontro, promovido pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e que teve como ponto de agenda – A Estratégia da Cooperação Portuguesa (período 2011 – 2015).

4.4- Outros projetos realizados

Sempre que estatutariamente enquadráveis, e condicionado pelas limitações financeiras existentes, foram apoiadas as iniciativas de terceiros, que se enumeram:

4.4.1) Guiné – Bissau – criação de processos de orientação profissional – em resultado da informação prestada pelo psicólogo Dr. Severino da Cruz Sampaio relativa ao trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2008, destinado à elaboração de uma bateria de testes, adaptada à realidade da Guiné - Bissau, destinadas à orientação profissional, concluiu-se que se tornava necessário prolongar esta iniciativa durante o ano de 2012.

4.4.2) Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses “Mundo a Sorrir” – no âmbito da atividade em regime de voluntariado, e no seguimento do trabalho já desenvolvido em anos anteriores, prosseguiu em 2012, na Guiné – Bissau, o projeto de prestação de cuidados profiláticos e assistenciais, através da promoção, educação e formação de saúde oral.

4.4.3) Escola de Verão de Física – organizada pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto – Departamento de Física e Astronomia –, decorreu no último Verão e teve como objetivo proporcionar aos jovens estudantes do ensino secundário (10.º e 11.º anos), com elevado mérito académico, incluindo os provenientes dos países africanos de expressão portuguesa, uma vivência muito próxima da investigação científica moderna.

4.4.4) Edição do livro “Contributo para um PANPD – Plano de Acção Nacional para a pessoa com Deficiência – de autoria de Rafael Calandou, pretende ser um instrumento de trabalho para a promoção, a reflexão e o debate sobre a problemática da deficiência em Angola.

4.4.5) Edição de livro – de autoria do artista Matthieu Kleyebe Abonnenc, amigo da cineasta francesa Sarah Maldoror que realizou vários filmes de propaganda do PAIGC, pagos pelo Governo argelino. No livro a editar, dois ilustradores desenham um relato escrito por Matthieu Kleyebe Abonnenc sobre a temática das ex – colónias portuguesas e em particular sobre Cabo Verde e a Guiné Bissau, baseada em alguns aspetos dos filmes referidos.

4.4.6) VII Festival de Música de Maputo – 2012 – organizado pela Associação para o Desenvolvimento Cultural Kulungwana e a Câmara Municipal do Maputo.

4.4.7) Bolsa de Estudo – renovação da atribuição de uma Bolsa de Estudo, solicitada por Francisco Salvador Massinga, colaborador direto do Eng.º José António Mingocho de Abreu na realização do projeto das Escolas de Artes e Ofícios em Moçambique, para cobertura de despesas de matrícula e inscrição letiva para frequência, na Universidade Aberta de Lisboa, da Licenciatura em Educação.

A obtenção desta licenciatura será da maior importância para a progressão na sua carreira técnica na Direção Nacional de Educação Técnica – Profissional e Vocacional do Ministério da Educação de Moçambique, a cujos Quadros pertence desde 1986.

4.4.8) Projeto “Nô Djunta Mon” – promovido pelo ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitário, e desenvolvido em São Vicente, Cabo Verde, teve como principal objetivo promover o desenvolvimento comunitário e a educação para o desenvolvimento.

4.4.9) Projeto Aguêdê / Alê – proposto por um grupo de artistas portugueses, em parceria com a Primeira Secretária da Embaixada de Portugal em São Tomé e Príncipe.

Constituído por cinco projetos distintos, decorreu no Centro Cultural Português de São Tomé e visou a realização de uma programação cultural em parceria com artistas e agentes locais, abrangendo áreas como a rádio, teatro, programação musical, cinema / vídeo e artes plásticas.

4.4.10) Prémio Global Junior Challenge – apoio à deslocação e estadia em Roma de um membro da Associação de Jovens Bué Fixe, com quem a Fundação Portugal – África tem colaborado no âmbito do programa de prevenção de ITS's / VIH e Sida, para participar na cerimónia de atribuição daquele prémio internacional.

4.4.11) Bolsa de Estudo – estudante santomense – renovação de uma bolsa de estudo a uma aluna santomense, concedida em reunião de 28 de Novembro de 2008, para frequência do Mestrado em Gestão de Empresas Turísticas da Universidade Lusófona do Porto.

4.4.12) Edição do livro “Os Dias deTete” – de autoria da Eng.^a Ana Roque de Oliveira, cujo texto, acompanhado de fotografias, aborda a realidade sócio – económica e cultural de Moçambique, com especial incidência no modo de vida das populações rurais.

4.4.13) Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses “Mundo a Sorrir” – no âmbito da atividade em regime de voluntariado, e no seguimento do trabalho já desenvolvido em anos anteriores, na Guiné – Bissau, será realizado em São Tomé e Príncipe, um programa de prestação de cuidados profiláticos e assistenciais, através da promoção, educação e formação de saúde oral.

4.4.14) Conferência “A Parceria África – Europa em Cooperação: Que Futuro?” – organizada pelo Instituto Marquês de Valle Flor, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais e o Centro de Estudos Africanos do ISCTE. Decorreu em Lisboa, e teve com objetivo principal lançar a discussão sobre a parceria mas também sobre a cooperação para o desenvolvimento.

4.4.15) Alfabeto do Desenvolvimento – da iniciativa da ACEP – Associação para a Cooperação Entre os Povos, do CEsa – Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento e da INLoco – Associação de Desenvolvimento Local, e com o apoio do IPAD, tem com objetivo a realização de um projeto de construção de um instrumento de informação / comunicação / debate, sob a forma de um Alfabeto do Desenvolvimento, em que cada letra é uma porta de entrada para um tema, tratado sob a forma de um texto de investigação, uma história de natureza jornalística e uma fotografia, envolvendo investigadores, jornalistas e fotógrafos, cada um com o seu olhar independente sobre cada tema.

Os temas serão transformados numa exposição itinerante, com 27 painéis e um livro / catálogo, que circulará por diversos pontos do País e com debates em vários espaços públicos.

5. Evolução económica e financeira

As demonstrações financeiras da Fundação relativas ao exercício de 2012 e as notas correspondentes são apresentadas em secção separada.

Entre os valores inscritos nas Demonstrações financeiras, merecem destaque os seguintes:

- O Ativo Total Líquido da Fundação, que no final do exercício de 2011 era de 11.365.429 €, registou um aumento face ao, atingindo no final de 2012 o valor de 11.724.762€.
- O valor de Capital próprio, que no final do exercício de 2011 era de 11.333.300 €, registou um aumento face ao exercício anterior, atingindo no final de 2012 o valor de 11.708.717€.
- O Resultado Líquido do exercício de 2012 situou-se em 414.029€, o que representou um acréscimo significativo relativamente ao Resultado Líquido registado no exercício anterior, que tinha sido de 530.462 € negativos.

As demonstrações financeiras são o reflexo da política de rigor que continua a marcar a gestão da Fundação. De uma forma geral, os desvios registados nas diferentes rubricas foram favoráveis relativamente aos valores orçamentados,

reforçando-se assim a autonomia da Fundação e a sua futura capacidade de intervenção.

Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Como referido na Nota 9 do Anexo às Demonstrações financeiras da Fundação e de acordo com os Estatutos da Fundação, as reservas geradas, resultados transitados e resultado líquido do exercício, não estão disponíveis para serem distribuídos, sendo sim, o Resultado Líquido do exercício de 414.029 Euros será aplicado nos Fundos próprios da Fundação.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não existem factos relevantes ocorridos após o termo do exercício que mereçam destaque, ou que tenham impacto sobre as demonstrações financeiras apresentadas a 31 de Dezembro de 2012.

Objectivos e políticas da Fundação em matéria de gestão dos riscos financeiros

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Fundação, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Fundação decorrentes de tais riscos. A atitude da Fundação em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente.

Gestão de risco de crédito

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de outros instrumentos financeiros), existem princípios que são aplicados pela Fundação nos seus investimentos. Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Fundação só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respectivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

Gestão de risco de Liquidez

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a Fundação tem a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. A Fundação por forma a cumprir com este objetivo garante sempre a existência de fundos imediatamente mobilizáveis muito relevantes, que por exemplo, a 31 de Dezembro de 2012, seriam de, aproximadamente, 3.190 mil Euros (valor de Caixa e depósitos bancários).

Gestão de risco de preço e de mercado

A Fundação está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nos ativos que detém para negociação. Note-se que, de uma forma genérica, os ativos em causa vêm o seu valor oscilar em função do seu comportamento no mercado. Contudo, a Fundação tem procurado aplicar os seu Fundos em ativos de menor risco, nomeadamente em obrigações, por forma a assegurar a manutenção e disponibilidades de fundos, para prosseguir com a sua atividade operacional.

Gestão de risco de taxa de juro

A exposição ao risco de taxa de juro decorre essencialmente dos investimentos em Depósitos a Prazo que são constituídos na sua maioria por programas indexados à Euribor.

6. Atividades futuras

Em 2013 manter-se-á como prioridade na atividade a desenvolver, a realização dos projetos de iniciativa da Fundação Portugal – África.

Do que se pretende que seja a evolução desses projetos, apresentamos de seguida os aspetos essenciais.

a) Reactivação do Ensino de Artes e Ofícios em Moçambique

Em conformidade com a vontade expressa das autoridades moçambicanas, a Fundação Portugal – África continuará a intervir neste projeto, esperando-se poder continuar com a colaboração do Instituto da Cooperação e da Língua – Camões, dos Ministérios da Educação de Moçambique e Portugal, da Universidade Católica Portuguesa, da Fundação Portugal Telecom, da Fundação Calouste Gulbenkian e outras instituições já associadas, ao que possam vir a associar-se a esta iniciativa, permitindo a consolidação deste sistema de ensino em Moçambique, mas sem deixar de procurar as condições para que possa vir a funcionar de forma autónoma, gerido pelo Ministério da Educação de Moçambique.

b) Programa de prevenção de ITS's / VIH e Sida

Continuarão as ações em curso, desenvolvendo esforços para reforçar as suas condições de viabilidade, mantendo-se a expectativa que, da execução já efetuada do projeto, se possa recolher ensinamentos que possibilitem a sua consolidação junto dos países africanos de expressão portuguesa.

c) Memória de África

Continuarão os trabalhos de recolha de novas referências bibliográficas em Portugal, bem como os relativos ao Módulo Oriente.

Relativamente a novos tipos de conteúdos, serão provenientes da recolha de acervos documentais de particulares que sejam doados à Fundação ou nela os depositem, ou permitam o seu tratamento documental. Sobre eles será efetuada a correspondente digitalização que irá proporcionar a sua introdução no ficheiro de conteúdos do Projeto.

d) Edifício Sede da Fundação

No âmbito do Protocolo celebrado com a Conexão Lusófona, serão desenvolvidos projetos integrados que envolvam a juventude e estimulem a interculturalidade num contexto lusófono global, nomeadamente as sessões relacionadas com os Encontros de Estudantes Africanos em Portugal e das

comemorações do Dia de África, podendo ser desenvolvidas outras atividades no âmbito do projecto Diáspora Africana, promovendo encontros entre Quadros africanos de formação superior, para que possam discutir os seus problemas e transmitir os seus conhecimentos, proporcionando a este espaço uma utilização articulada com os grandes objetivos prosseguidos pela Fundação.

Quanto à disponibilização do acesso à Biblioteca / CDI, não sendo previsível contar com o financiamento por fundos públicos que permitam a contratação de Técnicos documentalistas, que façam o acolhimento dos utilizadores e procedam à recolha e tratamento de outros acervos documentais, procurar-se -á disponibilizar no Portal da Fundação Portugal – África a informação necessária sobre o espólio existente, e em simultâneo criar condições que possam viabilizar a consulta das obras disponíveis.

e) Observatório de África

O objetivo prioritário deste projeto continuará a ser a manutenção da publicação regular do Boletim, quer em papel, quer de forma digitalizada, inserida no Portal da Fundação Portugal – África.

f) Diáspora Africana

Dando sequência aos contatos já desenvolvidos em 2012, serão iniciados os trabalhos relativos ao estudo da Diáspora Portuguesa em Angola, coordenados pelo Prof. Doutor Carlos Sangreman.

Ainda no âmbito deste projeto, prosseguirá o trabalho de aprofundamento e conhecimento das demais iniciativas que neste domínio estão em curso, nomeadamente a experiência recolhida com a realização dos eventos que decorram no nosso Auditório, ampliando as sinergias que se venham a identificar.

Quanto a outras iniciativas, a Fundação Portugal – África manterá a sua presença como Membro Observador da CPLP, intervirá na atividade da Plataforma de Acolhimento e Integração de Imigrantes, criada no âmbito da Fundação Calouste Gulbenkian e participará nos trabalhos do projeto

“Mecanismos de Apoio à Elaboração de Candidaturas a Financiamentos Internacionais”.

Finalmente manifesta-se o especial agradecimento aos nossos Fundadores e ao Conselho Fiscal pela disponibilidade e colaboração manifestados no acompanhamento da atividade desenvolvida, assim como ao Instituto da Cooperação e da Língua – Camões / IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e a outras entidades públicas e privadas que sempre incentivaram a Fundação Portugal – África no cumprimento dos objectivos que se propôs atingir.

PORTO, 1 de Abril de 2013

O Conselho de Administração

Mário Soares

Francisco Carvalho Guerra

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo, em
representação de Fundação Belmiro de Azevedo

António Mexia, em representação de EDP -
Eletricidade de Portugal, S.A

Carlos Manuel Costa Pina, em representação de
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. / Galp Energia

António Vítor Martins Monteiro, em representação do
Millennium BCP, S.A.

Daniel Proença de Carvalho, em representação da
Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A.

Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira, em
representação da Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Zeinal Abedin Mahomed Bava, em
representação da Portugal Telecom, S.A.

Rui Fernando da Silva Rio, em
representação da Câmara Municipal do Porto

Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	Dezembro-2012	Dezembro-2011
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	5	996 283	1 047 718
Activos intangíveis	6	<u>372 482</u>	<u>379 492</u>
Total do activo não corrente		<u>1 368 765</u>	<u>1 427 210</u>
ACTIVO CORRENTE:			
Adiantamentos a fornecedores	7	20 198	50 434
Outras contas a receber		33 575	5 974
Activos financeiros detidos para negociação	8	7 111 629	6 216 403
Caixa e depósitos bancários	4	<u>3 190 595</u>	<u>3 665 408</u>
Total do activo corrente		<u>10 355 997</u>	<u>9 938 219</u>
Total do activo		<u>11 724 762</u>	<u>11 365 429</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	9	11 323 200	11 323 200
Reservas	9	1 123 306	1 123 306
Resultados transitados		(1 439 504)	(909 042)
Subsídios ao Investimento	9	<u>287 686</u>	<u>326 298</u>
Resultado líquido do exercício		<u>11 294 688</u>	<u>11 863 762</u>
		414 029	(530 462)
Total do fundo de capital		<u>11 708 717</u>	<u>11 333 300</u>
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		7 556	815
Estado e outros entes públicos	10	873	388
Outras contas a pagar	11	7 616	20 040
Passivos financeiros detidos para negociação	12	<u>-</u>	<u>10 886</u>
Total do passivo corrente		<u>16 045</u>	<u>32 129</u>
Total do passivo		<u>16 045</u>	<u>32 129</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u>11 724 762</u>	<u>11 365 429</u>

O anexo faz parte integrante deste balanço.

O Técnico Oficial de Contas

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Mário Soares

António Vítor Martins Monteiro

Francisco Carvalho Guerra

Daniel Proença de Carvalho

António Mexia

Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo

Zeinal Abedin Mahomed Bava

Carlos Manuel Costa Pina

Rui Fernando da Silva Rio

Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Dezembro 2012	Dezembro 2011
Subsídios, doações e legados à exploração	13	203 690	283 690
Fornecimentos e serviços externos	14	(103 382)	(101 196)
Subsídios concedidos	15	(413 531)	(441 909)
Gastos com o pessoal		(8 811)	(7 098)
Aumentos / reduções de justo valor	8	678 156	(190 330)
Outros rendimentos e ganhos	16	113 188	89 449
Outros gastos e perdas	17	<u>(18 672)</u>	<u>(80 127)</u>
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>450 638</u>	<u>(447 521)</u>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	<u>(166 624)</u>	<u>(151 460)</u>
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>284 014</u>	<u>(598 981)</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	18	<u>130 015</u>	<u>68 519</u>
Resultado antes de impostos		<u>414 029</u>	<u>(530 462)</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	3.5	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado líquido do Exercício		<u><u>414 029</u></u>	<u><u>(530 462)</u></u>

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

António Moreira Ferreira

Mário Soares

António Vítor Martins Monteiro

Francisco Carvalho Guerra

Daniel Proença de Carvalho

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo

Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

António Mexia

Zeinal Abedin Mahomed Bava

Carlos Manuel Costa Pina

Rui Fernando da Silva Rio

Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011

(Montantes expressos em euros)

Capital próprio						
Notas	Fundo Social	Outras reservas	Resultados transitados	Subsídios ao investimento (Nota 9)	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 2012	11 323 200	1 123 306	(909 042)	326 298	(530 462)	11 333 300
Resultado integral do exercício	9 -	-	-	-	414 029	414 029
Aplicação de resultados	9 -	-	(530 462)	-	530 462	-
Reconhecimento de subsídios	9 -	-	-	(38 612)	-	(38 612)
	-	-	(530 462)	(38 612)	944 491	375 417
Posição no fim do exercício 2012	11 323 200	1 123 306	(1 439 504)	287 686	414 029	11 708 717

Capital próprio						
Notas	Fundo Social	Outras reservas	Resultados transitados	Subsídios ao investimento (Nota 9)	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 2011	11 323 200	1 123 306	(658 956)	340 491	(250 086)	11 877 955
Resultado integral do exercício	9 -	-	-	-	(530 462)	(530 462)
Aplicação de resultados	9 -	-	(250 086)	-	250 086	-
Reconhecimento de subsídios	9 -	-	-	(14 194)	-	(14 194)
	-	-	(250 086)	(14 194)	(280 376)	(544 656)
Posição no fim do exercício 2011	11 323 200	1 123 306	(909 042)	326 298	(530 462)	11 333 300

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

António Moreira Ferreira

Mário Soares António Vítor Martins Monteiro

Francisco Carvalho Guerra Daniel Proença de Carvalho

António Mexia Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo Zeinal Abedin Mahomed Bava

Carlos Manuel Costa Pina Rui Fernando da Silva Rio

Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(Montantes expressos em euros)

	2012	2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Pagamentos a fornecedores	(194 991)	(125 310)
Pagamentos ao pessoal	(5 928)	(4 856)
Caixa gerada pelas operações	(200 919)	(130 166)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	(7 292)	(13 829)
Outros recebimentos / pagamentos	(128 395)	(98 814)
Pagamentos de subsídios/donativos	(327 800)	(273 266)
Fluxos das actividades operacionais [1]	(664 406)	(516 075)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-	(31 352)
Activos intangíveis	(57 253)	(120 490)
Investimentos	(9 182 298)	(9 239 551)
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos	9 071 594	8 624 304
Subsídios ao investimento	200 000	283 690
Juros e rendimentos similares	150 017	49 458
Dividendos	7 533	9 429 144
Fluxos das actividades de investimento [2]	189 593	752 243
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Fluxos das actividades de financiamento [3]	-	-
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(474 813)	236 168
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3 665 408	3 429 240
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3 190 595	3 665 408

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

O Técnico Oficial de Contas

Mário Soares

António Moreira Ferreira

Francisco Carvalho Guerra

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo

António Mexia

Carlos Manuel Costa Pina

O Conselho de Administração

António Vitor Martins Monteiro

Daniel Proença de Carvalho

Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

Zeinal Abedin Mahomed Bava

Rui Fernando da Silva Rio

Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de Dezembro de 2012

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Portugal - África ("Fundação") é uma pessoa colectiva de direito privado e fins de utilidade pública, regendo-se pelos seus estatutos e, em tudo o que neles é omissos, pela legislação Portuguesa aplicável.

A Fundação foi constituída em 9 de Janeiro de 1995 e tem como finalidade contribuir para a realização e incremento de acções de carácter cultural, científico e educacional a desenvolver em Portugal e em África, designadamente junto dos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre Portugal e os países africanos, numa perspectiva de progresso e de projecção para o futuro. No âmbito de intervenção da Fundação incluem-se a concessão de subsídios e apoios a projectos relacionados com o fim da Fundação.

Em 22 de Setembro de 1995, a Fundação obteve do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o estatuto de ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, nos termos do disposto na Lei 19/94 de 24 de Maio. Entretanto, face ao disposto na Lei nº 66/98 de 14 de Outubro, foi feito pelo actual Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (antigo IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), o registo da Fundação Portugal África junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, reconhecendo o seu estatuto de ONGD.

A 2 de Novembro de 2007, a Fundação foi nomeada como observador consultivo da C.P.L.P. – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e em Julho de 2009 foi admitida como membro do Centro Português de Fundações.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Fundação opera.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas têm vindo a ser preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, estabelecidas pelo Decreto-Lei nº158/2009, de 10 de Julho, que veio a implementar o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Em 2012, passaram a ser igualmente aplicáveis as disposições legais previstas no Decreto-Lei nº36-A/2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 10 de Julho acima referido, o qual inclui a estrutura conceptual, normas contabilísticas e

de relato financeiro e de normas interpretativas consignadas, respectivamente, nos anexos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

Dado que este novo regime face ao normativo até aqui aplicado pela Fundação (“SNC”), não gera qualquer impacto contabilístico, patrimonial ou ao nível de divulgações desta entidade, a Fundação optou por manter a apresentação das suas Demonstrações financeiras como até aqui, dado que considera que esta é mais completa e útil para os utentes das Demonstrações financeiras.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação.

3.2- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	1 a 5
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros activos fixos tangíveis	8

Os activos que integram a rubrica de “Outros activos fixos tangíveis” incluem um montante de 6.285 Euros relativo a património artístico, o qual não é amortizado, por se considerar que o mesmo não se deprecia, nem perde valor.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.3- Activos Intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os activos intangíveis incluem essencialmente as despesas de desenvolvimento incorridas no âmbito dos projectos “Memória de África” e “Memória de África e do Oriente” e são amortizados por um período de 10 anos.

3.4- Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do activo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

3.5- Imposto sobre o rendimento

Por despacho conjunto A – 192/96 – XIII do Ministério dos Negócios estrangeiro e das Finanças datado de 31 de Outubro de 1996, foi reconhecida à Fundação a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas relativamente às categorias C, E, F e G.

3.6- Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.7- Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado; e
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado; e
- Não sejam objecto de negociação e façam parte da carteira da Fundação.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. O juro efectivo é calculado através da taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro (taxa de juro efectiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

Outras contas a receber

Os saldos de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

Outros activos financeiros

Os outros activos financeiros, que incluem, por exemplo, valores de papel comercial são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade; no entanto, dado que se tratam de instrumentos de curto prazo e a especialização do juro corrido é reflectida na linha de Balanço em que estes activos se encontram registados, o seu valor não difere substancialmente do seu justo valor.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os activos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais activos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respectivo justo valor registadas em resultados na rubrica “Aumento / redução de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os activos e passivos financeiros detidos para negociação.

São considerados activos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados activos ou passivos financeiros detidos para negociação.

Os valores identificados no Balanço na rubrica de “Activos financeiros detidos para negociação”, fazem parte de uma carteira, gerida pelo Banco Português de Investimentos (Banco BPI), que tem como objectivo a captação de lucros reais, que a Fundação posteriormente irá aplicar na sua actividade de promoção e valorização dos laços históricos e de civilização entre Portugal e os países africanos, designadamente através da concessão de subsídios.

A Fundação procede à remensuração a justo valor, a cada trimestre, de todos os seus activos e passivos financeiros a Justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

(iii) Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

(iv) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8- Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. A Fundação procede à sua remensuração a justo valor a cada trimestre, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um activo financeiro na rubrica “Activos financeiros detidos para negociação – Derivados”. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação – Derivados”.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

Os Instrumentos derivados contratados pela Fundação fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto com o objectivo de gerar lucros reais para a Fundação.

3.9- Subsídios / donativos recebidos de terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios recebidos de terceiros, nomeadamente por comparticipação em despesas de projectos, apenas são reconhecidos quando existe uma certeza de que a Fundação cumpriu as condições de atribuição dos mesmos e que na prática tem vindo a corresponder ao momento em que são recebidos.

Os subsídios recebidos no âmbito de apoios ao investimento associados, nomeadamente, à aquisição de activos não correntes, são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.10- Subsídios e apoios atribuídos a terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios atribuídos a terceiros, para actividades que se enquadram no fim da Fundação, são registados como gastos na demonstração dos resultados, na rubrica de “Subsídios concedidos” no exercício em que os mesmos são aprovados pelo Conselho de Administração, independentemente do exercício em que o desembolso venha a ser efectuado, e mantidos no balanço, na rubrica de “Outras contas a pagar”, enquanto não forem pagos.

3.11- Rédito

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido, na Demonstração dos resultados em Resultados Financeiros, quando se encontra estabelecido o direito da Fundação a receber o correspondente montante.

3.12 - Especialização de exercícios

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

3.13 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes nas Demonstrações Financeiras foram determinados por referência à data de relato, com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das Demonstrações Financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das Demonstrações Financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das Demonstrações Financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das Demonstrações Financeiras anexas foram os seguintes:

- (i) Vidas úteis e análises de imparidade dos activos fixos tangíveis e intangíveis;
- (ii) Justo valor dos activos e passivos financeiros detidos para negociação
- (iii) Ajustamento no valor de contas a receber.

3.14 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 detalha-se conforme se segue:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Numerário	163	28
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
Depósitos à Ordem	25.334	95.282
Depósitos a Prazo	<u>3.165.098</u>	<u>3.570.098</u>
	<u>3.190.595</u>	<u>3.665.408</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Depósitos a Prazo era constituída por vários depósitos a prazo no Banco BPI, vencendo juros a taxas de mercado e sendo imediatamente mobilizáveis, implicando nessas situações apenas a perda do juro corrido.

Os juros vencidos associados a Depósitos a Prazo, encontram-se acrescidos na rubrica de Balanço “Outras contas a receber”.

O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do seu valor contabilístico.

5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2012

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activos							
Saldo inicial	294.291	1.473.769	346	9.033	17.401	90.101	1.884.940
Aquisições	-	-	-	31.352	-	-	31.352
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	294.291	1.473.769	346	40.385	17.401	90.101	1.916.292
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	729.455	329	9.033	17.341	81.065	837.222
Amortizações do exercício	-	73.688	17	7.838	47	1.197	82.787
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	803.143	346	16.871	17.388	82.262	920.009
Activos líquidos	294.291	670.626	-	23.514	13	7.839	996.283

2011

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activos							
Saldo inicial	294.291	1.473.769	346	9.033	17.401	90.101	1.884.940
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	294.291	1.473.769	346	9.033	17.401	90.101	1.884.940
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	655.767	312	9.033	16.990	79.458	761.560
Amortizações do exercício	-	73.688	17	-	351	1.607	75.663
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	729.455	329	9.033	17.341	81.065	837.222
Activos líquidos	294.291	744.314	17	-	60	9.036	1.047.718

No exercício de 2012 foi adquirida uma viatura para utilização do coordenador do projecto “Escolas de Artes e Ofícios em Moçambique” no montante de 31.352 euros.

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo da rubrica “Equipamentos de Transporte” no montante de 40.385 refere-se a duas viaturas, que estão a ser utilizadas em Moçambique na implementação do projecto “Escolas de Artes e Ofícios”.

6 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o movimento ocorrido no montante dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2012

	Projectos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Activos intangíveis em curso	Total
Activos					
Saldo inicial	915.278	4.797	811	-	920.886
Aquisições	76.328	-	-	-	76.328
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-
Saldo final	991.606	4.797	811	-	997.214
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	535.786	4.797	811	-	541.394
Amortizações do exercício	83.338	-	-	-	83.338
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-
Saldo final	619.124	4.797	811	-	624.732
Activos líquidos	372.482	-	-	-	372.482

2011

	Projectos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Activos intangíveis em curso	Total
Activos					
Saldo inicial	813.869	4.797	811	-	819.477
Aquisições	101.409	-	-	-	101.409
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo final	915.278	4.797	811	-	920.886
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	460.148	4.637	811	-	465.596
Amortizações do exercício	75.638	160	-	-	75.798
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo final	535.786	4.797	811	-	541.394
Activos líquidos	379.492	-	-	-	379.492

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os valores mais significativos em activos intangíveis referem-se ao Projecto “Memória de África e do Oriente”, que se encontra a ser amortizado em 10 anos.

O projecto consiste na ampliação e desenvolvimento de bases de dados disponíveis “On-Line”, com um vasto conjunto de informação sobre vários Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e na recolha de registos bibliográficos sobre a presença de Portugal na Índia, nomeadamente em Goa.

Esta base de dados está a ser desenvolvida pelo CEa – Centro de Estudos sobre África e pela Universidade de Aveiro. Anualmente é apresentado pelo CEa um orçamento para as despesas estimadas com o projecto, o qual é sujeito à aprovação do Conselho de Administração da Fundação.

7 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2012 o montante registado nesta rubrica, (20.198 Euros), diz respeito a um adiantamento efectuado pela Fundação ao CEa – Centro de Estudos sobre África, associado ao “Projecto Memória de África e do Oriente” .

Em 31 de Dezembro de 2011 o montante registado nesta rubrica diz respeito a adiantamentos efectuados pela Fundação, relativos a: (i) uma viatura adquirida em 2012 para o coordenador do projecto “Escolas de Artes e Ofícios” em Moçambique (31.352 Euros); (ii) adiantamento realizado ao CEa – Centro de Estudos sobre África, associado ao “Projecto Memória de África e do Oriente” (19.082 Euros).

8 ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os activos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são detalhados conforme se segue:

	Valor carteira 2012	Valor carteira 2011
Acções cotadas	187.022	254.731
Obrigações cotadas	4.086.679	3.554.508
	<u>4.273.701</u>	<u>3.809.239</u>
Outros instrumentos financeiros		
Fundos de Investimento	1.712.969	1.668.344
Obrigações do Tesouro	429.498	289.377
Papel comercial	691.162	449.443
Derivados	4.299	-
	<u>2.837.928</u>	<u>2.407.163</u>
Total de activos financeiros detidos para negociação	<u><u>7.111.629</u></u>	<u><u>6.216.403</u></u>

Os activos financeiros acima referidos encontram-se registados a Justo valor através de resultados, sendo os impactos da sua actualização registados, numa base trimestral, na rubrica da Demonstração dos resultados “Aumentos / (reduções) de Justo valor”.

A rubrica “Derivados” apresenta em 31 de Dezembro de 2012 um saldo de 4.299 Euros, (em 2011 um passivo financeiro de 10.883 Euros) (Nota 12), o qual corresponde ao justo valor de um derivado cambial (“forward”) sobre o US Dólar (312.939 Dólares), que foi avaliado a justo valor por parte do BPI, através de dados observáveis de mercado.

A única excepção à regra de registo a justo valor através de resultados acima referida, refere-se ao papel comercial que é registado ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade identificadas. No entanto, dado que este se refere a operações de curto prazo e vence juros a taxas de mercado que são apresentadas na linha de Balanço “Activos financeiros detidos para negociação”, o Conselho de Administração entende que o valor pelo qual este se encontra registado nas contas da Fundação espelha o seu Justo valor (691.162 Euros a 31 de Dezembro de 2012, 449.443 euros a 31 de Dezembro de 2011).

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a carteira da Fundação apresentava a seguinte composição:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Quantidade	Última Cotação	Valor do dia	Quantidade	Última Cotação	Valor do dia
Acções cotadas						
EDP-RENOVÁVEIS	3.513	3,99	14.031	3.513	4,73	16.609
GALP ENERGIA	1.573	11,76	18.498	1.573	11,38	17.901
SONAE SGPS	47.276	0,69	32.479	47.276	0,46	21.700
HUARTE LAIN	-	-	-	1.674	19,38	32.442
TELEFONICA	2.247	10,19	22.897	2.190	13,39	29.313
GAS NATURAL SGD	3.017	13,58	40.971	3.017	13,27	40.021
BOLSAS Y MERCADO	1.734	18,45	31.992	1.734	20,80	36.067
BRISA	-	-	-	3.633	2,55	9.246
REPSOL YPF	766	15,34	11.747	766	23,74	18.181
FERROVIAL, SA	-	-	-	2.083	9,33	19.424
BBVA	2.070	6,96	14.407	2.070	6,68	13.828
			187.022			254.731

Obrigações cotadas	31.12.2012				31.12.2011			
	Montante	Última	Tx de cupão	Valor no	Montante	Última	Tx de cupão	Valor no
	Nominal	Cotação	Líquida	dia	Nominal	Cotação	Líquida	dia
ALLIA.F. II-6.125	-	-	-	-	40.000	97,78%	6,13%	40.545
ALPHA G. TV PERP.	-	-	-	-	35.000	30,00%	4,12%	10.604
ANGLO 4,375%-2016	50.000	110,83%	4,38%	55.587	50.000	106,44%	4,38%	53.391
BANIF F. TV.2012	-	-	-	-	90.000	90,50%	1,77%	81.622
BBPI REND MAIS07	-	-	-	-	265.000	98,50%	2,62%	261.256
BBPI-SRT3AN-2012	-	-	-	-	200.000	VN	4,25%	200.661
BCO FUN-3,25%-12	-	-	-	-	52.000	94,10%	3,25%	50.028
BBPI-3.25% H7-15	200.000	98,76%	3,25%	203.754	-	-	-	-
BBVA SEN.F.3% 13	100.000	100,44%	3,00%	101.515	-	-	-	-
BCP-TV-2013	150.000	99,55%	1,09%	149.475	-	-	-	-
BES-5.625%-2014	150.000	100,94%	5,63%	156.241	-	-	-	-
BES5.875-11/2015	200.000	102,82%	5,88%	207.342	-	-	-	-
BES-TV-2013	200.000	99,59%	1,19%	199.401	100.000	84,50%	2,47%	84.747
BONOS-4.3%-2019	73.000	97,73%	4,30%	71.864	73.000	97,65%	4,30%	71.808
BRISA C.R-4,797%	40.000	101,13%	4,80%	40.955	40.000	85,00%	4,80%	34.503
BRISA F-4,5%-2016	100.000	100,37%	4,50%	100.693	100.000	65,00%	4,50%	65.320
BT-CZ-20.01.2012	-	-	-	-	135.000	99,62%	-	134.480
BUNDES 0.5%-2012	-	-	-	-	70.000	100,25%	0,50%	70.362
BUNDES 5%-2012	-	-	-	-	195.000	102,51%	5,00%	204.680
BUONI CZ 01.2012	-	-	-	-	150.000	99,99%	-	149.978
BUONI-3,5%-2014	60.000	102,28%	3,50%	61.538	60.000	96,07%	3,50%	57.811
BUONI-4,25%-2019	100.000	102,92%	4,25%	104.329	100.000	86,89%	4,25%	88.295
BUONI-CZ-2012	-	-	-	-	130.000	98,70%	-	128.310
CGD-4.375%-2013	100.000	99,75%	4,38%	102.531	-	-	-	-
CGD-4,625%-2012	-	-	-	-	100.000	97,00%	4,63%	99.352
CGD-8%-2015	128.000	107,81%	8,00%	140.634	128.000	84,04%	8,00%	110.201
CONTINENTE-7%-15	120.000	104,30%	7,00%	128.777	-	-	-	-
CONT.TV12.2012	-	-	-	-	45.000	99,92%	2,67%	45.468
CP-4,17%-2019	100.000	77,52%	4,17%	78.384	100.000	48,88%	4,17%	49.749
CRED.AG. TV.PERP.	-	-	-	-	70.000	34,00%	3,52%	26.028
EDP-6%-12.14	40.000	102,97%	6,00%	41.340	-	-	-	-
EDP FBV.3,25%-2015	100.000	100,03%	3,25%	102.607	100.000	84,00%	3,25%	86.575
ENAGAS-4.375% 15	100.000	105,57%	4,38%	107.684	-	-	-	-
ENI SPA-4,125%-19	50.000	112,23%	4,13%	56.713	50.000	99,24%	4,13%	50.216
EURO UN-2,375%+2017	50.000	108,46%	2,38%	54.553	50.000	100,79%	2,38%	50.719
FRANCE(GOVT)4%-14	-	-	4,00%	-	70.000	106,74%	4,00%	76.627
FRANCE 4%-2018	40.000	116,40%	4,00%	47.654	40.000	108,66%	4,00%	44.555
GAS NATURAL CAP-4,125%	100.000	105,87%	4,13%	109.687	100.000	93,76%	4,13%	97.578
GE CAPITAL-4,75%-2014	-	-	-	-	50.000	105,38%	4,75%	53.687
GOLDEMAN TV-2015	-	-	-	-	50.000	93,99%	-	46.995
IBERDROLA F- 3,5%	50.000	104,64%	3,50%	52.699	50.000	95,95%	3,50%	48.350
ING. VERZ 6/2021	-	-	-	-	80.000	84,58%	3,27%	67.738
L.B. TSY-NIKK-15	100.000	3,00%	3,00%	3.000	100.000	7,00%	-	7.000
MG-3,25%-2012	-	-	-	-	50.000	93,62%	3,25%	47.508
PARPUB-3.5% 2013	300.000	98,75%	3,50%	301.313	-	-	-	-
PORT.TEL.5.875%	100.000	103,26%	5,88%	104.462	-	-	-	-
PT INT F-6%-2013	-	-	-	-	50.000	98,42%	6,00%	51.217
PT INT-4,375%-2017	100.000	101,01%	4,38%	104.385	100.000	71,53%	4,38%	74.896
RED.ELE.FIN-3,5%	100.000	103,98%	3,50%	104.797	100.000	98,99%	3,50%	99.799
REN-6.25%-2016	200.000	104,25%	6,25%	211.938	-	-	-	-
REN-TF-2013	100.000	103,94%	7,88%	104.396	-	-	-	-
REPSOL SA 2016	100.000	106,59%	4,25%	111.077	-	-	-	-
SAINT.INTEL.TV.13	50.000	100,09%	1,65%	50.189	50.000	95,40%	3,04%	47.976
SCH- FIN-TV-O.PERP.	61.000	46,75%	1,82%	28.795	61.000	45,25%	2,60%	27.998
SEMAPA 2006/2016	150.000	86,00%	1,76%	129.527	150.000	99,70%	3,13%	150.489
SPAIN T.CZ 06/13	120.000	99,21%	-	119.052	-	-	-	-
ST ISSUANCES-17	50.000	82,50%	0,93%	41.259	50.000	75,50%	1,67%	37.769
TELEFONICA-4,375%-2016	100.000	106,46%	4,38%	110.443	100.000	98,79%	4,38%	102.765
TEMIS-3,406%-2015	50.000	103,40%	3,41%	53.014	50.000	96,59%	3,41%	49.605
VEOLIA 1,75% -15	-	-	-	-	40.000	110,56%	1,75%	44.601
ZON MULT.12-2015	32.000	103,15%	6,85%	33.075	-	-	-	-
ZON 2009-2012	-	-	-	-	70.000	100,00%	3,91%	70.646
				4.086.679				3.554.508

	31.12.2012			31.12.2011		
	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia
Fundos de Investimento						
Diversificação						
BPI UNIVERSAL	10.070,93	6,80	68.482	10.070,93	6,437	64.827
Tesouraria						
BPI LIQUEDEZ FT	31.632,86	7,2712	230.009	53.715,82	7,10836	381.831
NORDDEA-EUR HIGH YLD	-	-	-	3.270,84	20,14	65.875
BPI MONETÁRIO FEI	-	-	-	9.749,59	5,12947	50.010
Obrigações						
BPI HIGH INC CL.I	43.645,78	8,17	356.586	19.200,00	6,541	125.587
AXA EURO INFLAT BDS	-	-	-	1.646,87	111,8	184.120
MUZINICH EUYID HEDGE	2.177,23	170,87	372.024	443,99	138,8	61.626
STLIFE GLINF LKD BD	-	-	-	14.658,00	10,74	157.427
Acções						
AL RCM US EQUITY IT	46	1.212,02 (*)	42.256	46	1.119,88	39.813
BD HECT EAGL US SC	3,727	12.301,38 (*)	34.749	3,727	11.006,75	31.704
BPI ÁFRICA	15.660,66	7,22	113.002	6.175,93	6,30	38.892
BPI AMERICA CLASSE D	18.351,63	4,66	85.563	18.351,63	4,52	82.988
BPI-ÁSIA PACÍFICO	12.288,44	5,43	66.773	-	-	-
BPI EURO G. CAPITALIZAÇÃ	6.808,50	10,93	74.414	6.808,50	9,16	62.364
BPI OPPORTUNITY CL.	4.138,08	6,59	27.262	4.138,09	5,80	24.001
JUPITER EUROP GROWTH	1.897,52	21,87	41.499	1.897,53	16,63	31.556
MANDARINE VALEUR	7,43	4.032,68	29.955	7,43	3.281,15	24.372
ODEY PANEUROPEAN	149,23	237,09	35.381	149,23	190,55	28.436
ODDO AVENIR EUROPE	0,19	173.812,50	32.677	0,19	141.600,30	26.621
REYL EUROP EQUIT I	149,38	238,20	35.582	149,386	196,54	29.360
Alternativos						
BPI STRAT-C-EUR	-	-	-	78,32	1.234,07	96.652
Fundos Fechados						
SPDR S&P 500 ETF	618	142,52	66.756	618	126,21	60.281
			1.712.969			1.668.344

(*) Cotação em USD.

	31.12.2012				31.12.2011			
	Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Líquida	Valor no Dia	Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Líquida	Valor no Dia
Obrigações do Tesouro								
OT-5,45%-9/2013	320.000	101,55%	5,45%	329.690	70.000	85,00%	5,45%	60.532
OT-5%-2002/2012	-	-	-	-	170.000	97,00%	5,00%	169.522
OT-4,8%-2020	109.000	88,95%	4,80%	99.808	109.000	51,82%	4,80%	59.323
				429.498				289.377

As participações financeiras em Acções geraram rendimentos relacionados com Dividendos distribuídos, no valor de 8.677 Euros (14.937 Euros em 31 de Dezembro de 2011) – Nota 18.

O detalhe do papel comercial detido pela Fundação a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, e registado ao respectivo custo de aquisição acrescido de juros corridos, tal como anteriormente referido, apresenta-se conforme se segue:

Papel Comercial	31.12.2012				
	Valor aplicado	Tx nominal líquida	Data de aplicação	Data de vencimento	Valor no Dia
SONAE CAPITAL SGPS	50.000	5,61%	28.12.2012	28.01.2013	50.023
SATA INTERNACIONAL	100.000	6,11%	14.12.2012	14.01.2013	100.289
EFACEC 9ª	241.162	7,25%	26.10.2012	26.04.2013	244.367
NABE I ROGEST SGPS - 9	300.000	3,61%	06.12.2012	04.01.2013	300.753
	691.162				695.432

Papel Comercial	31.12.2011				
	Valor aplicado	Tx nominal líquida	Data de aplicação	Data de vencimento	Valor no Dia
GALP ENERGIA, SGPS	99.906	4,86%	27.12.2011	03.01.2012	99.960
MOTA ENGL, SGPS	149.537	3,60%	27.12.2011	27.01.2012	149.597
PORTUGAL TELECOM, SG	200.000	2,63%	23.12.2011	23.01.2012	200.117
	449.443				449.673

A decomposição da rubrica de “Aumentos / reduções de justo valor” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é conforme se segue:

	2012	2011
Ganhos de justo valor em activos financeiros:		
Acções	51.821	49.172
Obrigações	610.192	317.853
Derivados	228.184	119.153
Outros - UP's	19.413	80.160
Perdas de justo valor em activos financeiros:		
Acções	(68.027)	(81.280)
Obrigações	(100.732)	(358.610)
Derivados	(53.430)	(108.622)
Outros - UP's	(9.265)	(208.157)
Resultado	678.156	(190.330)

9 CAPITAL PRÓPRIO

Fundo social

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o capital Fundacional ascende a 11.385.069 Euros, encontrando-se pendente de realização um montante de 61.869 Euros, valor este que se encontra deduzido na rubrica de Balanço “Fundos patrimoniais”.

Composição do Fundo Social

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Fundo Social era representado pelas dotações subscritas pelos seus fundadores conforme a seguir se indicam:

Banco BPI, S.A.	5.426.921
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	773.137
Fundação Belmiro de Azevedo	748.197
Banco Comercial Português, S.A.	748.197
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	498.798
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	498.798
Cimpor – Cimentos de Portugal, S.A.	498.798
Portugal Telecom, S.A.	498.798
Câmara Municipal do Porto	299.279
Fundo da EFTA para o Desenvolvimento Industrial de Portugal	274.339
IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento	124.699
Itaúsa Portugal SGPS, S.A.	124.699
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A.	99.760
Tabaqueira, S.A.	99.760
IPE – Investimentos e Participações Empresariais, S.A.	74.819
Estado Português	49.880
Partex, S.A.	49.880
Tertir, S.A.	49.880
Cabelte, S.A.	24.940
Fábricas de Moagem do Marco, S.A.	24.940
Fábrica Têxtil Riopele, S.A.	24.940
Ferbritas – Empreendimentos Industriais e Comerciais S.A.	24.940
Quintas & Quintas, S.A.	24.940
RAR – Soc. Controle Holding, S.A.	24.940
Asea Brown Boveri, S.A.	24.940
Sociedade Portuguesa de Acumuladores Tudor, S.A.	24.940
Solidal, S.A.	24.940
Somague, S.A.	24.940
Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.	24.940
Associação Empresarial de Portugal	12.470
Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)	9.976
OGMA – Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, S.A.	9.976
Outros (dotações iguais ou inferiores a 5.000 Euros)	139.668

	11.385.069
Fundo subscrito por realizar	(61.869)

	11.323.200
	=====

De acordo com os seus Estatutos, a Fundação poderá ser extinta em qualquer altura por deliberação de Assembleia de Fundadores, tomada por maioria qualificada definida no art.º 17 dos seus Estatutos. Neste caso, o património existente reverterá integralmente a favor do Estado.

Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

De acordo com os Estatutos da Fundação, as reservas geradas, resultados transitados e resultado líquido do exercício, não estão disponíveis para serem distribuídos.

Subsídios ao Investimento

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo desta rubrica inclui o montante de 224.459 Euros (249.399 Euros em 31 de Dezembro de 2011) correspondente a um subsídio atribuído pela Comissão de Coordenação da Região Norte a título de comparticipação nas obras de construção do novo edifício sede da Fundação. Este subsídio está a ser imputado à demonstração dos resultados em 20 anos, proporcionalmente às depreciações do edifício a que está afecto.

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica incluía, adicionalmente, o montante de 4.988 Euros relativo a um subsídio recebido do Instituto de Cooperação Portuguesa destinado a apoiar o projecto “Memória de África II”. Este subsídio está a ser creditado na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos encargos incorridos com aquele projecto. Em 31 de Dezembro de 2012 este subsídio, à semelhança dos activos a que está associado, já se encontra totalmente depreciado.

Por último, fazem ainda parte desta rubrica os montantes de 43.692 Euros e 19.534 Euros (49.934 Euros e 21.977 Euros em 31 de Dezembro de 2011, respectivamente), correspondentes a subsídios concedidos pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (antigo IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento) para apoiar o projecto “Memória de África -Módulo Oriente”, nos exercícios de 2010 e de 2011, respectivamente.

Do total dos subsídios recebidos foi imputado ao resultado do exercício o valor de 38.611 Euros (38.611 Euros em 31 de Dezembro de 2011 - nota 16).

Desta forma, o movimento ao nível da rubrica do capital próprio da Fundação “Subsídios ao investimento” é de 38.612 Euros em 31 de Dezembro de 2012 (14.194 Euros em 31 de Dezembro de 2011), que corresponde ao efeito líquido do subsídio atribuído em 2011 e dos respectivos reconhecimentos dos subsídios registados na demonstração dos resultados do exercício).

10 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de “Estado e outros entes públicos” refere-se a valores a pagar associados a Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares e contribuições para a Segurança Social, relacionados com colaboradores da Fundação.

11 OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de “Outras contas a pagar” apresenta em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a seguinte composição:

	2012	2011
Subsídios aprovados a pagar em 2012	-	10.000
Remunerações a Liquidar	1.084	1.084
Outras contas a pagar	6.532	8.956
	<u>7.616</u>	<u>20.040</u>

O valor de “Outras contas a pagar” inclui, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o montante de, aproximadamente, 6.500 Euros (6.000 Euros em 2011), correspondente ao último trimestre de 2012 e 2011 da comissão de gestão da carteira, debitada pelo BPI.

12 PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A rubrica de “Passivos financeiros detidos para negociação” apresenta a 31 de Dezembro de 2011 um saldo de 10.886 Euros, o qual corresponde ao justo valor de um derivado cambial (“forward”) sobre o US Dólar (257.061 Dólares), que foi avaliado a justo valor por parte do BPI, através de dados observáveis de mercado.

A 31 de Dezembro de 2012 a Fundação não tem posições passivas sobre derivados cambiais

13 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os rendimentos reconhecidos pela Fundação em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, associados a Subsídios à exploração, são detalhados conforme se segue:

	2012	2011
Subsídio Camões - Escola de Artes e Ofícios	200.000	280.000
Outros subsídios	3.690	3.690
	203.690	283.690

O subsídio atribuído pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (antigo IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento) em 2012 diz respeito a um protocolo de cooperação pago em duas tranches, de 75.000 Euros e 125.000 Euros cada, destinado a financiar parte das despesas incorridas pela Fundação no projecto “Escolas de Artes e Ofícios”.

Este subsídio teve uma redução de 40.000 euros face ao inicialmente aprovado para o exercício de 2012, que era de 240.000 euros.

Este projecto é constituído por um conjunto de actividades destinadas à consolidação e expansão do modelo curricular e pedagógico das Escolas Profissionais de Moçambique, tendo sido o protocolo com o IPAD – Instituto de Apoio ao Desenvolvimento celebrado para o período de 2011 a 2014, no montante total máximo de 1.000.000 Euros, distribuído pelos quatro anos de vigência do mesmo.

14 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é detalhada conforme se segue:

	2012	2011
Trabalhos especializados	37.245	36.618
Comissão de gestão da carteira	25.008	25.357
Deslocações e estadas	11.707	9.305
Conservação e reparação	4.755	3.242
Comunicação	3.273	3.582
Outros Fornecimentos e serviços externos	21.394	23.092
	<u>103.382</u>	<u>101.196</u>

A rubrica “Trabalhos especializados” inclui, em 31 de Dezembro de 2012, um montante de cerca de 15.300 Euros relativos a serviços de manutenção (13.400 Euros em 31 de Dezembro de 2011) e 11.070 Euros de honorários para auditoria (11.070 Euros em 31 de Dezembro de 2011).

A rubrica “Comissão de gestão da carteira” diz respeito, tal como anteriormente referido, ao montante debitado trimestralmente pelo Banco BPI, pela gestão da carteira de activos financeiros da Fundação.

15 SUBSÍDIOS CONCEDIDOS E PROJETOS FINANCIADOS

A rubrica “Subsídios concedidos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é detalhada conforme se segue:

	2012	2011
Escola de Artes e Ofícios de Moçambique	310.690	339.036
Divulgação de acções preventivas de ITS's, VIH e SIDA	25.500	34.500
Observatório de África	18.860	18.860
Actividades culturais	13.000	17.500
Subsídios diversos	21.131	15.240
Donativos	6.500	-
Guiné-Bissau – processos de orientação profissional	6.000	5.500
Bolsas de estudo concedidas	8.850	7.215
Conferência África-Europa em construção	3.000	-
Publicação de estudo sobre a Diáspora Guineense	-	4.059
	<u>413.531</u>	<u>441.909</u>

Os subsídios concedidos pela Fundação durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012 para o projecto “Escola de Artes e Ofícios de Moçambique”, incluem um montante de, aproximadamente, 92.500 Euros (126.500 Euros, em 2011) para formação de formadores, e 106.000 Euros (105.600 Euros em 2011) para bolsas de estudo e 82.000 Euros em 31 de Dezembro de 2011 para a Certificação Internacional do projecto, levada a cabo por avaliadores externos.

16 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é conforme se segue:

	2012	2011
Subsídios ao investimento (Nota 9)	38.612	38.611
Rendimentos e ganhos em activos financeiros detidos para negociação		
Acções	14.140	-
Obrigações	31.008	35.911
Outros - UP's	27.240	14.901
Outros rendimentos e ganhos	2.188	26
	<u>113.188</u>	<u>89.449</u>

O valor correspondente a “Subsídios ao investimento”, refere-se ao reconhecimento, no exercício, de parte do subsídio ao investimento recebido para a construção da sede da Fundação e de parte dos subsídios recebidos para apoiar os projectos “Memória de África” (Nota 9).

Os subsídios em causa encontram-se registados na rubrica de Capital Próprio “Subsídios ao Investimento”.

Os valores correspondentes a rendimentos e ganhos em activos financeiros detidos para negociação, referem-se às mais-valias obtidas no processo de alienação de activos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os activos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é actualizado a cada trimestre. Por isso, os rendimentos acima reflectem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos activos em causa à data da última actualização efectuada previamente à alienação.

17 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é conforme se segue:

	2012	2011
Impostos	4.235	3.847
Donativos	5.000	5.000
Gastos e perdas em activos financeiros detidos para negociação		
Acções	-	1.513
Obrigações	1.005	18.903
Outros activos financeiros - UP's	1.365	44.174
Outros gastos e perdas	7.067	6.690
	<u>18.672</u>	<u>80.127</u>

Os valores correspondentes a “Gastos e perdas em activos financeiros detidos para negociação”, referem-se às menos-valias obtidas no processo de alienação de activos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os activos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é actualizado a cada trimestre. Deste modo, os referidos gastos reflectem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos activos em causa à data da sua última actualização, efectuada previamente à alienação.

18 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são detalhados conforme se segue:

	2012	2011
Juros Obtidos		
Depósitos bancários	112.331	48.843
Papel comercial	9.007	4.738
Dividendos recebidos (Nota 8)	8.677	14.937
	<u>130.015</u>	<u>68.519</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os rendimentos provenientes de juros obtidos em obrigações foram registados em resultado operacional, juntamente com o impacto do justo valor dos instrumentos financeiros respectivos.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

FUNDAÇÃO PORTUGAL - ÁFRICA

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Que ao resultado líquido apurado no exercício, no montante de € 414.029,34 (quatrocentos e catorze mil e vinte e nove euros e trinta e quatro cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: € 414.029,34

TOTAL: € 414.029,34



RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL

1. No âmbito das suas competências constantes da alínea a) do artigo 16.º dos estatutos, vem o Conselho Fiscal submeter a V.ªs. Exas. o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas da Fundação Portugal África referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.
2. No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do exercício, a actividade da Fundação, através dos contactos que regularmente manteve com o Conselho de Administração a quem agradece a colaboração que lhe foi prestada.
3. Efectuou as verificações julgadas oportunas e adequadas à actividade desenvolvida, acompanhou e analisou trimestralmente a evolução da situação financeira da Fundação, a concessão de subsídios e apoios a projectos relacionados com os fins estatutários. Nas suas reuniões o conselho fiscal contou com a presença de um elemento do Conselho de Administração que prestou os esclarecimentos e informações que lhe foram solicitadas.
4. Analisou o Balanço e o correspondente Anexo que, em sua opinião, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados em 31 de Dezembro de 2012.
5. Tomou conhecimento do relatório de auditoria externa às Contas da Fundação Portugal África, elaborado pela empresa Deloitte & Associados SROC, S.A, no qual é emitido parecer favorável, sem reservas, com o qual concordam.
6. O Relatório do Conselho de Administração descreve, com o necessário detalhe, as actividades desenvolvidas pela Fundação no ano de 2012.
7. O Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo às Demonstrações Financeiras, da responsabilidade do Conselho de Administração, encontram-se elaborados de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro em vigor no exercício de 2012.
8. No presente exercício a Fundação Portugal África embora pudesse adoptar a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo " (NCRF-ESNL) em vigor a partir de Janeiro de 2012, decidiu continuar com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") gerais por considerar que proporcionam uma base de informação mais detalhada.
9. Não teve conhecimento de qualquer situação contrária aos estatutos e preceitos legais aplicáveis.
10. Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de

Parecer

que a Assembleia de Fundadores da Fundação Portugal África aprove:

- O Relatório de Gestão e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.
- A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
- Um voto de louvor aos membros do Conselho de Administração, pela competência e dedicação, com que exerceram as suas funções no presente exercício.

Porto, 17 de Abril de 2013

O CONSELHO FISCAL

Presidente: Ângelo Ludgero Marques

Vogal: Maria Helena Dias Duarte

Vogal: Maria de Fátima Borges da Fonseca

Fundação Portugal África

**Demonstrações financeiras em
31 de Dezembro de 2012
acompanhadas da Certificação
Legal das Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Portugal - África ("Fundação" - uma pessoa colectiva de direito privado com fins de utilidade pública - Nota Introdutória) as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 que evidencia um total de 11.724.762 Euros e um capital próprio de 11.708.717 Euros, incluindo um resultado líquido de 414.029 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Fundação a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

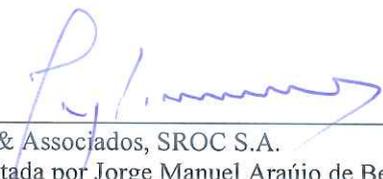
Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Fundação Portugal - África em 31 de Dezembro de 2012, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal aplicáveis às entidades do sector não lucrativo (Nota 2).

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 1 de Abril de 2013


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

ORGÃOS SOCIAIS

2011 / 2014

MESA DA ASSEMBLEIA DE FUNDADORES

Presidente: Banco BPI, S.A.

Vice-presidente: Associação Empresarial de Portugal

Secretário: Associação Comercial do Porto

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Mário Soares - Presidente

Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra - Vice Presidente

Dr. Hélder Jacinto de Oliveira

Fundação Belmiro de Azevedo (Dr. Nuno Miguel Teixeira de Azevedo)

Electricidade de Portugal, SA (Dr. António Mexia)

Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. / Galp Energia (Dr. Carlos Manuel Costa Pina)

Banco Comercial Português/Atlântico (Dr. António Monteiro)

Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A. (Dr. Daniel Proença de Carvalho)

Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Eng.º Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira)

Portugal Telecom, S.A. (Eng.º Zeinal Abedin Mahomed Bava)

Câmara Municipal do Porto (Dr. Rui Rio)

CONSELHO DE CURADORES

Dr. Francisco Murteira Nabo - Presidente

Prof. Doutor Pedro João Borges Graça

Eng.º António da Silva Teixeira

General Alípio Tomé Pinto

Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento - FLAD

Instituto Superior de Economia e Gestão - ISEG

Associação Industrial Portuguesa

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação - ELO

HCB - Hidroelétrica de Cahora Bassa, SA

Universidade de Aveiro

Universidade do Porto

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento - IPAD

Instituto de Investigação Científica Tropical

Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC

Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores - INESC

CONSELHO FISCAL

Eng.º Ângelo Ludgero Marques - Presidente

IAPMEI (Dr.ª Maria Helena Dias Duarte)

Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento – FLAD (Dr.ª Maria de Fátima Borges da Fonseca)